

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

José Ernesto de Fáveri¹

RESUMO: Este capítulo pretende analisar o conceito de desenvolvimento nacional a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. A abordagem está organizada em torno de alguns eixos interligados que apontarão a direção das reflexões contidas ao longo do texto. O primeiro trata de uma breve contextualização do pensamento do pensador para abordar os fundamentos da ideologia do desenvolvimento nacional que consiste na elaboração de um conjunto de ideias capaz de sustentar e orientar esse processo nacionalista-desenvolvimentista; no segundo eixo, faremos uma análise em torno da contribuição que a educação pode oferecer e qual a ética que orienta o comportamento coletivo da nação mediante o compromisso de implementar o projeto de superação da condição de país subdesenvolvido; o terceiro eixo tem o desafio de compreender a relação interdependente e reversível entre o desenvolvimento nacional e o regional; O autor desse texto busca elementos do pensar a ideologia para o desenvolvimento enquanto possibilidade para implementação do projeto de emancipação integral da nação. Isto é, um projeto que tenha a pretensão de apontar a caminho e as estratégias de libertação da nação do incômodo processo de desumanização do ser humano e das massas oprimidas. O propósito último desta análise é compreender o significado do desenvolvimento nacional endógeno a partir do pensamento de Vieira Pinto, mediante um pensar em torno e sobre a realidade nacional e local. Ou seja, pensar a realidade sob uma dupla dimensão, “de dentro para fora” e “de baixo para cima” em termos socioeconômicos e culturais do país. Enfim, entende-se que a melhor forma de realizar a crítica a atual realidade consiste em manter nossa mente pensando dentro da mesma época em que vivemos.

Palavras-chave: Desenvolvimento endógeno. Consciência crítica. Ética. Realidade nacional. Educação.

¹Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (USFCar - SP). Mestrado em Educação e Ensino Superior, Universidade Regional de Blumenau (FURB – SC). Graduado em Filosofia e Pedagogia. Professor e pesquisador nas áreas da Educação, Filosofia, Desenvolvimento Nacional e Regional pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI – SC). Santa Catarina. Brasil. E-mail: faveri@unidavi.edu.br.

NATIONAL DEVELOPMENT CONCEPT FROM THE THOUGHT OF ÁLVARO VIEIRA PINTO

ABSTRACT: This chapter intends to analyze the concept of national development from Álvaro Vieira Pinto's perspective. The topic is approached using interconnected axes that will point at the direction of reflections found throughout the text. The first axis includes a brief contextualization of the thinker addressing the foundations of the national development ideology. It contains the definition of a set of ideas capable of sustaining and guiding the national development process. The second axis will analyze the contribution that Education can provide and what the Ethics that guides the national collective behavior is. Moreover, through this commitment to implement a project to overcome the status of underdeveloped country. The third axis brings out the challenge of understanding the interdependency and reversible relationships between national and regional development. The author seeks to rethink the elements that produce the ideology of development as a possibility for the implementation of a project of integral emancipation of a nation. It aims to point the way and strategies for the liberation of a nation from the uncomfortable process of dehumanization and oppression of the masses. The purpose of this analysis is to understand the meaning of endogenous national development from Vieira Pinto's point of view; it seeks to think around and about national and local realities. Ultimately, it aims to think about reality using a double dimension, from the inside to the outside, bottom-up in socioeconomics and cultural terms. It is possible to understand that the best way to develop a critique of the current reality is to keep our mind thinking over the times we live in.

Keywords: Endogenous development. Critical consciousness. Ethics, National reality. Education.

1 CONTEXTO E DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O contexto do conceito de desenvolvimento nacional em Álvaro Vieira Pinto está diretamente ligado ao movimento intelectual da inteligência brasileira na década de 50 e 60, denominado de ISEB (Instituto Superior de Estudo Brasileiros), no qual o referido intelectual era considerado um pensador de prestígio e muito respeitado por seus pares pela significativa produção filosófica. No meio desse seletivo grupo de intelectuais, que se caracterizava pela diversificação nas análises da realidade nacional e nas diferentes áreas de conhecimento, o ISEB tinha como objetivo comum analisar e debater os problemas nacionais, para defender o desenvolvimento nacional como processo de mudanças radicais de natureza capitalista, para um tipo de industrialização do país que levasse a um crescimento autossustentado na melhoria da renda *per capita* nacional, com o intuito de preservar a soberania

nacional contra a invasão do capital externo. O pensamento isebiano é o pensamento brasileiro contemporâneo, ligado a visão econômica da CEPAL², preocupado fundamentalmente, em construir uma ideologia do desenvolvimento nacionalista não xenófobo para o Brasil, cujo centro das abordagens e análises realizadas, pelos intelectuais, era inspirar e formular projetos de desenvolvimento fundados na preocupação de realizar a revolução nacional brasileira para alcançar patamares de desenvolvimento que permitisse, à nação, viver com mais dignidade. Enfim, o ISEB constitui-se, nos anos cinquenta, num grupo de intelectuais brasileiros ligados ao pensamento cepalino que produziu uma base sólida e poderosa da ideia de desenvolvimento inovador para o Brasil autônomo e soberano, no contexto latino-americano e mundial. Para o ISEB, desenvolvimento nacional significava uma revolução que permitisse, à nação, ter acesso à renda e que a população pudesse aumentar os padrões de vida de forma sustentada sob diferentes dimensões (econômicas, políticas, sociais e culturais), tendo como estratégia a superação do estágio de subdesenvolvimento, que é a desumanização do ser humano e da população pela submissão do país às políticas externas imperialistas. Origina-se, dessa condição, as sociedades subdesenvolvidas, empregadas das grandes metrópoles, isto é, além da perda da identidade nacional, a nação seria transformada em escrava dos interesses metropolitanos dos países hegemônicos do mundo³.

Enfim, para os intelectuais isebianos, o desenvolvimento é estratégia do Estado para criar as condições econômicas e institucionais adequadas para o desenvolvimento integral da nação com relação ao melhoramento das condições materiais da vida individual e coletiva da maioria. Nessa direção, o Estado tem de transformar-se num instrumento de promoção desse desenvolvimento. Objetivo esse bem diferente da atual realidade brasileira, invadida pela onda de corrupção e falta de ética em todas as instituições nacionais e os poderes constituídos, responsáveis por uma débil democracia do “da lá e toma cá”. Essa realidade manifesta-se desde o

²Significa: Comissão Econômica para América Latina. Esta é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está localizada em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir no desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas a sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo.

³Para aprofundar essa questão isebiana sobre o desenvolvimento ler o texto escrito por Luz Carlos Bresser Pereira sob o tema: O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DO ISEB REDISCUTIDO, agosto de 2004.

poder judiciário até a classe política, atingida por uma crise dessa natureza sem precedentes históricos. Por isso, o desenvolvimento requer uma persistente luta para conquistar a estabilidade microeconômica, isto é, estabilidade e autonomia nacional, vinculada, soberanamente, à macroeconomia mundial. Por isso, reputação e ética, hoje, nas instituições nacionais encarregadas de superar o desafio do subdesenvolvimento e promover o desenvolvimento não podem, em hipótese nenhuma, estarem arranhadas por gestores e representantes do governo, pela corrupção e a falta de ética em todos os setores, sob pena de agravar uma suposta crise inventada por uma elite nacional e internacional, portadora de uma idoneidade moral e reputação ilibada suspeita para promover o desenvolvimento da nação. Esses sujeitos que ocupam cargos e funções nas instituições governamentais, demonstram estar preocupado em salvaguardar interesses pessoais, agravando a contradição entre a defesa dos interesses da classe dos ricos e a destruição de direitos das massas pobres, dando origem a uma luta perversa a favor do interesse dos ricos e destruição do estado de direito.

A diferença entre desenvolvimento e progresso consiste em que o primeiro visa produzir o bem-estar material e social da nação de forma equilibrada e humanamente justa para a ampla maioria da sociedade, democratizando o acesso aos bens materiais e elevando as condições de vida da população, cujo objetivo é viver com mais dignidade. O progresso apenas está vinculado ao crescimento isolado e unilateral de um setor ou classe social que produz o desequilíbrio pela desigualdade no acesso às condições materiais de sobrevivência dos indivíduos ou grupos da sociedade. Isso gera concentração da renda e o privilégio dos ricos produzindo a dramática situação social das massas no que diz respeito ao acesso precário às condições de vida. A seleta classe dos empoderados, economicamente privilegiada, gera para si uma progressiva concentração da renda e do lucro, produzido no interior da economia nacional uma grave contradição de classe social antagônica, de um lado as minorias ricas e do outro a maioria numa situação de pobreza. Essa situação tende a aumentar o fosso entre a minoria que mais tem e, a maioria que pouco ou quase nada possui para viver com dignidade.

De forma abrangente, Vieira Pinto vê o conceito de desenvolvimento como a transformação da matéria bruta em matéria industrializada. Isso constitui o processo industrial histórico e global, que produz o desenvolvimento como capacidade de

transformar a natureza em bens materiais e “espirituais” acessíveis para o indivíduo e a maioria de uma sociedade para viver em condições melhores e mais humanas. Esse processo é um processo histórico, que se inicia na Europa e se expande pelo resto do mundo. Por isso que desenvolvimento não pode ser um fenômeno exógeno, mas endógeno. Isto é, a revolução industrial nacional para suprir as necessidades dos indivíduos e da nação⁴ tem de partir e desenvolver-se de dentro para fora e não ao contrário. Isso não significa isolar-se do mundo, mas colocar-se, com autonomia e soberania, ao lado dos países mais desenvolvidos, sem perder a identidade nacional no processo de negociar as condições de planejamento e execução do desenvolvimento nacional.

Para Vieira Pinto,

Desenvolvimento não é o mesmo que progresso, que significa dar ao o homem o que ele não tem, mas desenvolvimento nessa base conceitual, é lembrar ao homem o que ele já possui, em forma bruta, para lutar e vir a possuir, de forma mais elaborada, o que ainda não tem. Dessa forma, encontramos o processo dialético que se dá pelo trabalho modo como podemos conseguir as coisas materiais para manter-se vivo com dignidade. Portanto, o que tem valor nesse processo que constrói a memória social, à cultura enquanto o jeito de manusear, de tocar o mundo. Isso foi decisivo para avaliar a qualidade técnica do mundo que circunscreve a qualidade da vida de um povo e de uma nação naquela etapa histórica do desenvolvimento nacional⁵.

O desenvolvimento nacional requer o espírito nacionalista no pensar e no agir inserido no sistema produtivo dos bens materiais e de pensamento que o trabalhador produz, simultaneamente, os bens de pensamento, isto é, desenvolver no indivíduo e no ser da nação a autopercepção da realidade local e nacional que, representada no pensamento, produz a consciência individual e nacionalmente crítica⁶, capaz de orientar a população a assumir o papel de sujeito da história, com formas mais avançadas de compreender a totalidade do que somos e fazemos no

⁴Temos que esclarecer que nação é uma estrutura de grandes dimensões de massa humana contínua que nesse ensaio, tem de ser compreendida como conjunto de indivíduos oprimidos, porque não consegue ter acesso às coisas materiais pelo resultado do seu trabalho e, massa é um conjunto de indivíduos que não consegue desenvolver, plenamente, o seu mundo como condição material e social para realização do seu ser, produzindo, dessa forma, desumanidade no indivíduo e na sociedade em geral de um país.

⁵Ver FAVERI, José Ernesto. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora** de Paulo Freire. São Paulo: Liberas, 2014, p. 112

⁶Consciência e pensamento crítico significa construir uma visão de totalidade sobre si e sobre a realidade próxima e ampla de nós mesmo enquanto indivíduo e nação.

momento atual da história do país, na busca da melhoria do processo de desenvolvimento e a qualidade de vida no coletivo.

Enfim, antes de fazer alguma alusão ao desenvolvimento da nação, é preciso fazer uma observação. A questão socioeconômica do subdesenvolvimento do país, nessa abordagem, significa a dificuldade de superação das limitações que a grande maioria da nação possui em ter acesso aos bens materiais para viver com dignidade, mediante o resultado do seu trabalho. Essa situação limite impõe a grande maioria da população viver numa situação de desumanização⁷, porque o resultado do seu trabalho não cria condições de acesso mínimo às coisas materiais necessárias para a sobrevivência humana das famílias e dos indivíduos que vivem num país subdesenvolvido, como se configura o atual estado da população brasileira, nessa fase histórica. Ao contrário, entenda-se desenvolvimento nacional como um projeto amplo de humanização do ser humano e da nação como um todo. Então, o desenvolvimento, entre outras abordagens, significa a transformação da matéria prima, em matéria industrializada e acessível à maioria da população, no sentido de promover o desenvolvimento como capacidade de transformação da natureza em bens materiais e espirituais, isto é, em bens de pensamento, que o indivíduo e a sociedade necessitam para manterem-se vivos com dignidade e construir para si o pensar crítico sobre a realidade local. Ou seja, é colocar todo um sistema econômico a favor do processo de humanização do ser da nação e, longe de ser concebido como uma forma desumana de concentração dos lucros e da renda nas mãos da elite interna e externa do país. Isto é, desenvolvimento não se faz com a contradição entre ricos e pobres e, muito menos, com uma democracia falsante que cria o fenômeno social da fome pela falta de acesso às coisas materiais por parte da maioria. Assim como a grande maioria da população tem dificuldade a este acesso, da mesma forma a democracia oportuniza às massas, exercerem o voto embora quem decide as condições socioeconômicas de vida são as elites nacionais influenciadas e até bancadas pelas elites internacionais, sob diferentes

⁷Desumanização, como resultado do subdesenvolvimento, está vinculado ao nível desenvolvimento do país que, por sua vez, impõe condições desfavoráveis para o bem-estar individual e social das massas, que gera, pelo processo de produção, o mundo da opressão massiva dos indivíduos e do povo como estrutura que massacra qualquer possibilidade de conquista de condições materiais dignas para todos. Desumanização é um processo de destruição do ser humano e da sociedade como consequência de uma estrutura e conjuntura que massacram e mascaram as condições socioeconômicas da maioria que vive em uma sociedade.

estratégias e interesses, para definir e consolidar a produção nacional. Eis aí a contradição entre falácia de desenvolvimento e o projeto de libertação da nação pobre. Por isso que toda a política de desenvolvimento nacional, que visa humanizar a nação, tem origem numa ideologia nacionalista não xenófoba. É a ideologia do desenvolvimento que fundamenta todo o planejamento e o processo de humanização da nação pelo acesso da maioria do que precisa materialmente para manter-se viva com dignidade.

2 OS FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: A IDEOLOGIA COMO PROJETO DE LIBERTAÇÃO DA NAÇÃO SUBDESENVOLVIDA

A ideia central do desenvolvimento nacional está fundada na possibilidade de intervir na promoção e orientação da qualidade de vida da comunidade em que a nação vive e produz o que é materialmente necessário para manter-se viva. Ou seja, superar o nível de consciência ingênua, que leva as massas à passividade e imobilismo social diante da crise, para uma consciência crítica como motor e vetor mobilizante do povo, a fim de engajar, a população, na luta para superar as atuais condições materiais concretas do subdesenvolvimento num patamar superior, cujas condições se tornam favoráveis no sentido de consolidar o projeto de desenvolvimento nacional para todos. Por isso, subdesenvolvimento tem de ser compreendido como processo de desumanização e o principal desafio a ser superado.

Mediante essa ideia central, fazem-se necessário, antes de apontar os princípios que fundamentam e orientam o processo de desenvolvimento, apresentar algumas observações preliminares. A primeira é uma constatação histórica, isto é, uma ausência quase que total da história intelectual brasileira no passado e, no momento presente do Brasil, a presença da sociologia e de uma filosofia comprometida em interpretar a realidade nacional com coerência e profundidade, na perspectiva de construir uma visão de totalidade de si e das reais condições em que vive a nação brasileira. Esse é o caráter ético das ciências à serviço do desenvolvimento nacionalista para todos. A segunda observação, recai sobre a falta de uma interpretação coerente da realidade nacional conduziu o país a um retardamento na criação e implementação de um sério e comprometido projeto de

desenvolvimento nacional para todos, porque não tínhamos filósofos e intelectuais nas diversas áreas do saber que ensinassem o povo a pensar sobre si e sobre a realidade que definia as condições materiais precárias de vida individual e coletiva das massas. Sem dúvida, era, e é a condição limitante do cidadão e da sociedade objetivando uma vida mais humana e cidadã. A terceira observação, a nação privada desse recurso intelectual para compreender a si e à realidade nacional, tem impossibilitado o surgimento da consciência nacional crítica como base e estratégia de fomento do debate, em torno de um sólido processo de desenvolvimento nacional endógeno. A quarta observação é uma consequência da anterior, porque a ausência ou mesmo a falta de uma tomada de consciência objetiva das massas sobre as reais condições de vida material da nação brasileira, contribuiu para o surgimento do imobilismo social, alimentando uma incoerente interpretação da realidade nacional, que possibilitou a consolidação da consciência ingênua sobre os indivíduos e a nação. Definitivamente, legitimou-se no âmbito da sociedade brasileira o ditado opressivo de que “quem tem mais manda e quem tem pouco ou quase nada, deve possuir juízo para obedecer”. A última observação, nessa perspectiva de abordar, o desenvolvimento nacional, está intimamente vinculado a construção da consciência nacional crítica das massas, que ao compreenderem sua condição de pertencer a uma realidade subdesenvolvida e, por isso, desumana, denunciam tais condições e se comprometem para lutar e exigir políticas e ações econômicas que melhorem, significativamente a vida material das pessoas e da nação a qual pertencem. Daí que os fundamentos filosóficos para o desenvolvimento nacional terão de deixar de ser uma reflexão abstrata para se transformarem-se numa reflexão sistemática e concreta, de resultados positivos para as massas. O grande desafio é pensar as condições reais em que a nação se encontra com a finalidade de melhorar o padrão de vida dos indivíduos e da sociedade, mediante a implementação de um projeto nacional de desenvolvimento para todos. Nessa direção, algumas teses são necessárias para sustentar e orientar a ideia de desenvolvimento nacional autônomo e soberano⁸.

⁸Ver FAVERI, José Ernesto. **Alvaro Vieira Pinto**: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire. São Paulo: LiberAs, 2016: apud. Ideologia e desenvolvimento nacional, Rio de Janeiro, ISEB, 1956.

- a) Para se criar um sólido fundamento do processo nacional de desenvolvimento, temos que começar pela necessidade e a urgência de realizar um “alargamento quantitativo da área de cultura acompanhado por um movimento qualitativo de transformação da consciência. Esse fato é importante e decisivo”⁹, porque quanto mais abrangente e profunda a visão de totalidade sobre as reais condições de vida das massas, maior será a autopercepção de tais condições e, ainda maior, a compreensão e a necessidade do comprometimento para lutar e superar essa condição desumanizante dos indivíduos e da sociedade. Pois o ser humano, quando possui uma ideia é, ao mesmo tempo, possuído por ela. Nessa condição, é capaz de agir e interagir no coletivo por força de uma consciência individual de caráter crítico para transformar o atual estágio de desenvolvimento da sociedade para outro nível melhor.
- b) A ideia de desenvolvimento, alicerçada na **finalidade de humanização do ser humano e do ser da nação**, enquanto projeto de libertação das massas, deixa de ser tida como dado abstrato para ser considerada como realidade eminentemente social, no pensamento desenvolvimentista de Vieira Pinto. Portanto, a responsabilidade é de todos. Isso só será possível mediante uma coalizão de classes movida pela consciência crítica em vez da luta de classe para efetivar as transformações necessárias, a fim de alcançar a finalidade do desenvolvimento: a humanização do ser humano e o ser da nação pela melhoria da qualidade de vida.
- c) **O desenvolvimento é um processo** porque exige uma compreensão dinâmica e orgânica da realidade nacional para conduzir os projetos que as massas necessitam para evoluir, no sentido de superar suas condições materiais limitantes da vida pessoal e social da nação pobre e, da mesma forma, colocar o desenvolvimento a serviço da finalidade social que lhe é própria: humanizar num só processo cada um e a todos os brasileiros. Isto é, colocar o desenvolvimento, que está ligado ao conhecimento da realidade, como estado de nacionalidade para que se possa elaborar o melhor projeto possível de desenvolvimento nacional, no presente e no

⁹Ver PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ ISEB, 1956, p. 14.

futuro, superando ao máximo, a possibilidade de consolidar no meio da nação, a condição desumanizadora que traz consigo o nível de subdesenvolvimento do país. Portanto, quando há desenvolvimento do pensamento, conseqüentemente há, coetaneamente, o desenvolvimento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de toda uma nação.

- d) **O processo nacional de desenvolvimento** será conduzido pela ideologia do desenvolvimento, que consiste num conjunto de ideias que, desdobradas em políticas, proporcionam, à comunidade nacional, superar o espírito inautêntico de uma consciência alienada produzida pelo fenômeno colonialista nacional e internacional, por um espírito nacionalista capaz de fazer nascer a consciência brasileira de quem somos e o que fazemos a fim de lutar por aquilo que queremos ser num futuro próximo.
- e) A lógica do desenvolvimento nacionalista inicia-se pelo autêntico processo de pensar sobre as reais condições materiais das massas. Isso gera as ideias e transformam-se em ideologia que, colocada em funcionamento, constituem-se em um agir coletivo vinculado à realidade nacional, promovendo as estratégias e as políticas de ações unificadas para superar o atual nível de subdesenvolvimento da nação. São as ideias postas em ação que geram a técnica oriunda do conhecimento produzido e, proporcionam a superação dos desafios e problemas nacionais aos quais as massas estão imersas. Portanto, toda a vez que o conhecimento não é construído por esse processo lógico e dialético, há resolução dos problemas oriundos da realidade nacional, criando a crise simultaneamente a crise do conhecimento e a impossibilitando a inovação, na superação do atual nível de desenvolvimento por outro, ainda melhor, que a nação está inserida. Portanto, inovação reside na mudança do pensar, que sempre dá origem a novas estratégias e ações¹⁰. Inovação significa criar novas ideias e colocá-las em funcionamento na realidade em que tem origem para solucionar os problemas sociais da população.

¹⁰Ver artigo do autor desse ensaio sobre **Os fundamentos para pensar a inovação sustentável** (inédito).

- f) A Lógica que foi anunciada, anteriormente, vai sem dúvida, constituir o que denominamos neste ensaio, **a ideologia do desenvolvimento nacional**, necessária para orientar o processo nessa perspectiva. Por isso,

Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional. [...] *Porque* só é possível conceber o desenvolvimento nacional como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade brasileira, assim como só é possível projetar as etapas futuras do desenvolvimento se nos valermos dos conceitos gerais dessa interpretação¹¹.

Isso significa compreender que uma ideologia do desenvolvimento nacional refere-se a compreensão da dimensão social daquilo que, no indivíduo, manifesta-se como a consciência da ideia que está em si, oriunda da realidade nacional, em consonância com a autopercepção do real estado em que o indivíduo se encontra inserido na sociedade. O desafio da ideologia do desenvolvimento nacional é impulsionar e orientar a transformação das condições sociais limitantes à realização do bem-estar individual e social. Por isso, a ideologia aponta o caminho para realizar, na prática, o que se intenciona com as ideias produzidas da realidade em que o indivíduo está inserido.

- g) Finalmente, temos que ressaltar que a origem da ideologia do desenvolvimento é fruto da consciência das massas naquele nível de subdesenvolvimento em que se encontram inseridas, numa fase histórica específica. Entretanto, a ideologia do desenvolvimento “só é legítima quando exprime a consciência coletiva e revela os seus anseios em um projeto que não é imposto, mesmo de bom grado, às massas, mas que provém dela. *Por isso*, a ideologia do desenvolvimento tem, necessariamente, de ser fenômeno de massa”¹² porque direciona o projeto de desenvolvimento para a finalidade em consonância com a consciência popular, em geral com máxima extensão quantitativa em termos de

¹¹Ver PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ ISEB, 1956, P. 27-28, (grifo nosso).

¹² Id *Ibid.* p.29-30

população e qualitativa do nível crítico da consciência do indivíduo, construído por uma educação popular para esse fim¹³.

Somente será possível um desenvolvimento integral da nação, quando o povo compreender e ter consciência plena do que significa uma verdadeira política de governo voltada para elevação do nível qualitativo da vida de um povo, com o fim de proporcionar resolução dos problemas reais das massas sob todos os aspectos e dimensões, que envolvem a vida individual e social de uma nação¹⁴. Entenda-se por desenvolvimento integral da nação um processo permanente de humanização do ser humano e a sua reconstrução será necessária quando não atender mais o fim de humanizar o ser do indivíduo e da nação. Portanto, ideologia do desenvolvimento é um estado de humanismo permanente e dinâmico, no país que pretende atingir o estágio de desenvolvido, sempre mais superior ao atual¹⁵. Portanto, um projeto dessa natureza e com essa finalidade jamais pode ser imposto “de fora para dentro” e “de cima para baixo, mas ao contrário.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A teoria da educação, no processo de desenvolvimento nacional, tem de ser entendida como suporte e orientação na formação da consciência crítica das massas. Por isso, a educação é o processo que faz a ideologia do desenvolvimento sair da pura intelecção metafísica para entrar no cotidiano das massas, que vivem na condição de opressão e desumanização, para compreendê-la na sua amplitude e profundidade. A finalidade da educação nacional desenvolvimentista consiste em formar a consciência crítica para que o oprimido perceba a necessidade de superar a condição de objeto para sujeito do desenvolvimento nacional. Como consequência, o indivíduo terá em suas práticas cotidianas um agir e um interagir

¹³O autor pressupõe que o leitor tenha conhecimento do pensamento pedagógico de Paulo Freire. O referido pedagogo contribuiu com a teoria do desenvolvimento nacional pela criação da concepção de educação libertadora das massas. Haja vista que o pensamento pedagógico de Paulo Freire é a pedagogização do pensamento nacionalista de Vieira Pinto, que aborda a questão do desenvolvimento nacional.

¹⁴Para aprofundar ainda mais esse aspecto, ler: FAVERI, José Ernesto. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições educação libertadora de Paulo Freire**. São Paulo: LiberAs, 2016, p. 161-166

¹⁵Para aprofundar que a ideologia é um humanismo ver: PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.V.2 p. 138—140.

capazes de atribuir finalidade ao que vive e o que produz em sociedade, no sentido de realizar, na vida pessoal, o sonho de viver bem e bem viver. Por isso, a educação não muda a realidade, mas muda o pensar e, conseqüentemente, muda o agir do ser humano em sociedade que nada mais é senão lutar pelo seu bem-estar. Como conseqüência, assume o papel de sujeito na mudança da condição social e material desumanizante e subdesenvolvida das massas para ascender a um nível de humanização razoável pela implementação do projeto nacional de desenvolvimento. Para a realização desse desafio, a educação torna-se instrumento de apoio na produção e implementação da ideologia do desenvolvimento, orientada pela sólida formação da consciência crítica¹⁶. Isso implica em assumir quatro desafios necessários para educar as novas gerações:

O primeiro desafio a ser encarado, pela educação, consiste na realização de uma profunda conversão à realidade nacional na formação da atual e das futuras gerações. Isso implica no processo de formação do ser humano, vinculando o conteúdo ensinado à realidade nacional. Dessa forma, o conhecimento é o objeto de apropriação pelas massas para fazer avançar o espírito científico e da formação crítica da consciência¹⁷ no mesmo processo educativo. O resultado que se espera desse processo educacional é fazer com que o sujeito se torne consciente do seu agir e a necessidade de se engajar na luta coletiva de transformação do estado subdesenvolvido da sociedade para o estado de nação desenvolvida. Isso está muito bem analisado por Vieira Pinto quando afirma:

O caráter problemático do conteúdo de uma apreensão do real está vinculado ao sistema conceitual e à particular estrutura de leis lógicas onde esse conteúdo é escolhido. A lógica, embora na sua perspectiva formal seja universal, na prática e na consideração do concreto não é, pois quando estamos raciocinando sobre o processo real - de que o pensador mesmo é parte e não mero observador externo - não somos indiferentes às conclusões do raciocínio, nem estamos ausentes dos interesses que representam. [...] não há conceito 'dado aí', pronto, constituído por obra de um pensamento impessoal.¹⁸

¹⁶Orienta-se ao leitor realizar a leitura do capítulo que trata "As categoria filosóficas para o desenvolvimento nacionalista a partir das obras de Álvaro Vieira Pinto" In: BAZZANELLA, Sandro Luiz (org.). **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 69-114.

¹⁷Pensar crítico ou consciência crítica significa construir uma visão de totalidade de si e da realidade mais próxima do sujeito em processo de formação pelo ato educativo.

¹⁸PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v. 2 p.151.

Por isso, há necessidade do pensador/educador converter-se à realidade regional e nacional, no momento em que busca formar as futuras gerações, com práticas educativas oriundas da interpretação coerente da realidade em que sujeito está imerso, a fim de que o conteúdo do ensino e da aprendizagem, resultantes do processo educativo, não se torne algo obsoleto, abstrato ou equivocadamente neutro e sem nexos com a realidade mais próxima a que o sujeito está inserido. Mas é exatamente o contrário, isto é, que no ato de ensinar, esteja embutido simultaneamente o conteúdo específico da disciplina, vinculado à realidade em que o sujeito aprendente. A educação, desenvolvida, nessa perspectiva, de um lado leva o aluno a apropriar-se do conhecimento e, do outro, o desenvolvimento do pensar crítico sobre o contexto em que se desenvolve o processo educativo das novas gerações. Caso esse processo, vinculado a realidade, na educação das novas gerações, seja sabotado, negligenciado ou excluído, só resta repetir, mecanicamente no país subdesenvolvido, o que é ensinado nas grandes metrópoles. Isso induz a construção de um pensar coletivo desfocado com a realidade nacional, que em vez de possibilitar a compreensão do real estado da sociedade em que está inserido, leva o indivíduo aprendiz apenas a conformar-se com a repetição dos conceitos abstratos e alheios à sua realidade pessoal e social. Produzindo assim, a alienação da consciência e o imobilismo social, frente a um crescente processo de desumanização a que são submetidas as gerações em processo de formação. Com isso, a produção do conhecimento como produção própria e a produção no avanço da ciência ficam comprometidos por uma educação meramente catequizadora, sob o falso aforisma de que deva ser neutra. Pois bem sabemos que educação, conhecimento e ciência nunca, ao longo da história do pensamento humano, foram ou são neutros. Essa visão ou tese é própria de uma lamentável consciência ou movimento intelectual ingênuo, promotor das desigualdades socioeconômicas por manter o atual estágio de subdesenvolvimento em que se encontra a sociedade.

O segundo desafio da educação, comprometida em acelerar o desenvolvimento nacional, consiste na formação da consciência crítica, além da necessidade da formação do espírito científico das futuras gerações. Por isso, há uma correlação causal entre a formação da consciência como instrumento útil para produzir e implementar o desenvolvimento nacional, através de estratégias e

políticas que venham superar a condição do subdesenvolvimento consolidado pela consciência alienada, gerando o imobilismo social em que prevalece a barbárie sobre a condição humana vivida em sociedade, tão prejudicial à qualidade de vida da nação; é a formação da consciência coletiva de caráter eminentemente crítico que possibilita e habilita o indivíduo a tomar decisões políticas, frutos de atos de consciência que impulsionam as mudanças necessárias ao país em estado de subdesenvolvimento. As consciências alienadas e ingênuas são apenas sinônimas nesta abordagem que consolidam o atual estágio desumano em que as massas encontram-se imersas. Por isso, “a consciência ingênua não procede racionalmente, uma vez que não dispõe de princípios verdadeiros, dos quais extraia com segurança e rigor as ideias e julgamentos que a constituem como representação do mundo”¹⁹. Enfim, a concepção de consciência crítica necessária para alavancar o desenvolvimento nacional reside no fato de que é um tipo de consciência que possui uma ampla e profunda compreensão esclarecedora sobre os fatores, condições reais e sociais que a determinam. É exatamente isso que a educação deve proporcionar às futuras gerações para poder tomar decisões mais conscientes sobre o seu presente e o futuro. Dessa forma, o caráter crítico da consciência resulta de um pensar sistemático, focado na representação da realidade, na forma de ideia, no pensamento do indivíduo capaz de autoperceber o que se passa ao seu redor, mediante a capacidade de compreensão estimulada pelo processo educativo, enquanto educação para o pensar.

O terceiro desafio consiste em que a educação comprometida com o desenvolvimento nacional supere o equívoco da predominância do técnico sobre o político. Isto significa que a educação possui um papel importante para dar o salto qualitativo na superação do estado de nação subdesenvolvida para o de nação desenvolvida. O papel da educação nessa perspectiva consiste em construir um processo de transformação qualitativa e progressiva da consciência nacional. Assim sendo, produz a consciência crítica difunde entre as massas a ideologia do desenvolvimento como projeto de emancipação da sociedade subdesenvolvida. A educação, nessa direção, possui um caráter essencialmente popular que assume o compromisso de elevar o nível de conhecimento e da consciência das massas sobre

¹⁹ Id. Ibid. p.162

a realidade nacional, gerando uma visão de totalidade dos fatos e acontecimentos sociais. Essa tarefa não pode ser delegada aos pedagogos oficiais, ausentes do processo histórico real da nação e, nem tampouco, aos visitantes das organizações acadêmicas metropolitanas. Essa tarefa cabe aos educadores de origem popular que estarão aptos a desenvolver práticas pedagógicas alicerçadas numa justa teoria sociológica, já que são legítimos representantes da consciência comunitária imersa na condição de país subdesenvolvido.

A escola não faz a revolução no país, mas a revolução tem de fazer a escola que o país precisa. Por isso, o trabalho da educação popular para o desenvolvimento lida com o progresso da consciência sobre a realidade para incitar os indivíduos a se comprometerem e fazerem a revolução que irá determinar outro tipo de educação necessária ao desenvolvimento do país. Isso não se faz com uma consciência nacional ingênua. Somente o desenvolvimento de uma consciência nacional crítica pode produzir as transformações do atual estágio de subdesenvolvimento da nação para superá-lo de forma qualitativa. Nessa perspectiva, o compromisso fundamental da educação é mudar, nos indivíduos, a forma ingênua de pensar para a forma crítica de pensar sobre as condições sociais em que se desenvolve a vida²⁰.

O quarto desafio é criar a própria ciência, apropriada para orientar o desenvolvimento nacional. Essa é a ciência multidimensional que abrange e impulsiona o avanço dos conhecimentos em diferentes setores da ciência e da sociedade de forma endógena, partindo do contexto local mais próximo do indivíduo até alcançar os horizontes mais longínquos do conhecimento universal e do contexto global. O inverso será possível desde que a ciência, criada fora da realidade nacional, seja metabolizada, ou seja, recriada dentro dos contornos das necessidades e problemas nacionais, sem roubar a soberania sob múltiplas formas e dimensões, com o fim de transformar-se em instrumento de compreensão da realidade e a superação dos problemas que surgem no país desejoso por mudanças tão necessárias. Sabemos que, ao reivindicar um projeto nacional de desenvolvimento autônomo, soberano, de emancipação da nação, temos que buscar

²⁰Para ampliar e aprofundar a temática abordada, “As categorias filosóficas para o desenvolvimento nacionalista a partir das obras de Álvaro Vieira Pinto” In: BAZZANELLA, Sandro Luiz (org.). **Estado, crise política, econômica e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 11-112

a técnica e a tecnologia que ainda não temos, mas não de forma sujeitada da nação subdesenvolvida, como se fosse empregada dos países possuidores da técnica e tecnologia necessária ao nosso desenvolvimento nacional. Enfim, a própria ciência significa a busca incansável e dinâmica de conhecimentos, técnicas e tecnologias internas e externas ao nosso país, tão necessárias e urgentes, para produzir avanços e mudanças no atual cenário nacional que devem seja realizadas com menos lisura possível de qualquer natureza, ao ser humano e da nação da oprimida, mas através de um processo negociado soberanamente com os países detentores desse conhecimento e da técnica, possam colaborar e solidarizarem-se com os países menos desenvolvidos, a fim de alcançar o tão almejado e necessário desenvolvimento nacional. Claro, que as negociações entre os detentores de tais avanços do conhecimento, técnicas e tecnologias têm de acontecer de forma a não subjugar a nação necessitada aos interesses das nações metropolitanas, detentoras de tais meios necessário para implementar o projeto de emancipação nacional pelo desenvolvimento integral do país subdesenvolvido.

Por isso, a ciência, quando usada para consolidar a contradição entre nação desenvolvida e subdesenvolvida para tirar proveito a favor da primeira, é uma ciência a serviço da desigualdade e da opressão universal, em vez contribuir para a resolução dos problemas da humanidade de forma a não subjugar as nações subdesenvolvidas aos interesses das nações desenvolvidas.

Portanto, a própria ciência somente será apropriada para o desenvolvimento nacional, autônomo e soberano, quando a ciência é desenvolvida a partir da realidade nacional para responder positivamente aos problemas locais e, quando se tem de recorrer a uma ciência mais avançada nos países mais desenvolvidos, que essa seja apropriada pela nação necessitada de forma ética e sem qualquer prevailecimento de dominação e exploração da sociedade que necessita de tais avanços científicos. Dessa forma, instala-se o respeito à soberania nacional e a solidariedade internacional quando se trata de consolidar um tipo de desenvolvimento nacional e internacional de caráter socialmente sustentável e que promova a cidadania, porque o fim último da própria ciência é utilizar os resultados para um fim socialmente justo e humanizado do ser humano.

Sem sombra de dúvida que há uma finalidade social da ciência que contribua e promova o desenvolvimento da nação inteira pelo acesso democratizado dos

resultados das pesquisas científicas realizadas. Isso, entre outras coisas, implica em afirmar que a produção nacional da própria ciência não é tarefa para a universidade produtora apenas de resultados para o setor produtivo. Se assim for, estamos diante de uma ciência que produz o desenvolvimento míope, que apenas favorece um setor da sociedade e exclui outros; mas a autêntica ciência nacional possui o compromisso de promover o desenvolvimento, com o mesmo caráter, preocupada com a vida e o bem-estar integral do cidadão, inclusive com a formação do pensar crítico do cidadão. Somente essa ciência será aquela que, de forma eficiente e eficaz, produzirá novos conhecimentos para resolver situações-limites novas e, por isso, faz avançar o desenvolvimento socialmente, íntegro e integral do indivíduo, cuja a junção das duas formas de desenvolvimento consegue desencadear um processo de humanização do ser humano e do ser da nação.

4 O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E OS PROBLEMAS REGIONAIS

Antes de mais nada, quando Vieira Pinto refere-se aos problemas regionais, está referindo-se a três contextos interligados de forma recíproca. Vamos abordar esses problemas usando o método endógeno, isto é, partindo do contexto local para o global: O primeiro contexto se refere à região enquanto realidade, parte do contexto nacionalmente situado geograficamente pelas fronteiras existenciais de uma comunidade com contornos e cultura bem definidos. O segundo contexto, refere-se ao território nacional do país, no qual se situa a nação. Finalmente, o contexto regional enquanto um contexto maior em relação ao nacional, ou seja, está se referindo ao contexto continental. Entretanto, quando Vieira Pinto refere-se à realidade, abrange os contextos interligados reciprocamente dos países subdesenvolvidos a nível nacional e regional, em torno dos diferentes setores da sociedade que definem as condições que determinam o nível de vida dos indivíduos e da nação a que pertence.

Para dar continuidade ao raciocínio da temática anterior, no que se refere a necessidade de uma ciência própria e que seja apropriada, para alavancar o desenvolvimento nacional, está diretamente vinculado à superação dos problemas

do desenvolvimento regional e vice-versa²¹. Por isso, uma ciência nacional só é apropriada para o desenvolvimento quando for capaz de superar os problemas regionais com soluções compatíveis à exigência dos problemas que vão surgindo nos diferentes locais da nação. O que queremos afirmar é que, assim como existem as condições coloniais fixadas pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, a situação interna de um país também, instala as mesmas condições colonialistas quando uma região nacional é mais desenvolvida do que a outra. Por existirem muitos fatores condicionantes dessa situação contraditória, não cabe, aqui analisá-las. Com isso, existe uma sobreposição de uma para outra região, instalando a contradição interna entre regiões nacionais desenvolvidas e subdesenvolvidas, umas mais avançadas e outras menos avançadas. Daí a necessidade da unificação das decisões e das ações nacionais solidárias, criando, conseqüentemente, condições de superação da vida material desigual dentro de uma mesma nação. Por isso, a própria ciência nacionalista contribui para superar esse tipo de problema interno da nação pela unidade do país e encaminha a resolução do problema da soberania externa quando produz a própria ciência e usa o menos possível a ciência alheia, para contribuir e garantir o desenvolvimento nacional. O que se quer esclarecer é que todo o trabalho de pesquisa científica prioritariamente deve incidir sobre o contexto regional de onde emana os problemas que clama por soluções. É nessa perspectiva que a universidade possui uma função social.

Daí que o pensar local em torno dos problemas existenciais de uma comunidade contribui para o nascimento de uma ciência preocupada e ocupada para resolver os problemas locais/regionais. Uma ciência identificada e vinculada com a cultura local de uma comunidade. Esse é o caráter finalístico e social da ciência que impulsiona a resolução dos problemas regionais. Torna-se imprescindível compreender que os problemas regionais e nacionais estão reversivelmente vinculados, por isso, quando se realiza a análise ou alguma abordagem em torno do desenvolvimento nacional estamos, direta ou indiretamente, interpretando a realidade regional e vice-versa. Ter clareza disso, torna-se o fundamento para a prática do pensar local de onde originam-se as ideias

²¹Para ampliar e aprofundar esta análise ler: PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v.2 p. 412-432

propulsoras do desenvolvimento regional endógeno. A consequência dessa forma de pensar possibilita a pesquisa sobre os problemas regionais que se constitui numa ciência local que, alimentada pelo conhecimento com o mesmo caráter, vinculando tanto a ciência oriunda do conhecimento local quanto à ciência oriunda do saber nacional e universal contribui para fazer avançar a ciência e busca simultaneamente, soluções para situações novas que surgem na comunidade. Isso é criar a própria ciência, adequada e apropriada para dinamizar o desenvolvimento de uma nação íntegra e integral pela vinculação da produção do conhecimento local para o nacional de forma progressiva, continua e reversível. Para pensar um pouco mais questiona-se: As universidades dentro da função que lhe é inerente, realiza esse trabalho científico cujos os resultados incidem diretamente sobre o contexto local da comunidade em que está inserida?

O papel da universidade na região em que está inserida, nessa perspectiva de pensamento, consiste em converter sua atividade de ensino, pesquisa e extensão sobre a realidade regional, sem se desvincular do saber universal, de onde afloram os problemas para elaborar e executar projetos de pesquisa que venham ao encontro da resolução dos problemas que a região suscita. Obviamente que uma prática de pesquisa com esse caráter regionalista não está separada do conhecimento nacional e universal, mas vinculados mutuamente, onde um inspira o outro para construção de conhecimentos novos para superar novas situações-limitantes para o desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, justifica-se a presença dos mais variados cursos de graduação e as diferentes modalidades de projetos de pesquisa numa região específica, isto é, a razão de ser de um curso *lato sensu* ou mesmo, *strito sensu* reside na forma positiva com que esses cursos impulsionarão o desenvolvimento regional pelos novos conhecimentos produzidos pela universidade e por apresentarem a resolução de problemas novos que aparecerão no contexto local da região. Caso esse não mude para melhor a realidade regional, a função social dessa universidade está comprometida pelos ranços e atravancando os avanços pelo ensino e pesquisa, enquanto processo mecânico de apenas realizar a transmissão linear de conhecimento sem nexos com a realidade e sem influenciar nas mudanças do contexto em que a instituição de ensino superior está inserida.

Portanto, os fundamentos do desenvolvimento nacional, colocados anteriormente, conduzem-nos a pensar o desenvolvimento regional, quando o pesquisador converte-se para praticar a pesquisa sobre o contexto regional. Em decorrência dessa postura do pesquisador, está vinculando a produção do conhecimento local ao universal. Do mesmo modo, vincula o conhecimento universal ao local, como fundamento para orientar simultaneamente o desenvolvimento nacional e regional num mesmo processo de pensar e desenvolver os projetos de pesquisa necessários a uma comunidade local e nacional.

5 AS POLÍTICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL COM VÍNCULOS REGIONAIS

Os princípios que sustentam a política do desenvolvimento nacional estão ancorados na realidade nacional para constituir-se num elenco de atos estratégicos autenticamente nacionais com o objetivo de produzir um programa de ações capazes de pôr em prática a ideologia do desenvolvimento, exposta anteriormente. O essencial, nessa abordagem das políticas²², é compreender que certas medidas só aparecem como possíveis e necessárias quando o projeto político de desenvolvimento é elaborado pela consciência crítica da nação como um todo. Esse projeto de desenvolvimento, que é emancipação da nação da condição de país subdesenvolvido e dependente, está alicerçado na participação e construção dinâmica do bem-estar individual e coletivo de todos que pertencem à nação. Entre outras políticas²³, podemos abordar algumas que, do nosso ponto de vista são essenciais como ponto de partida para encaminhar a resolução do problema do subdesenvolvimento pelo desafio a ser superado do desenvolvimento nacional.

- a) Incorporar o potencial de trabalhadores brasileiros para produzir mais e concentrar menos renda, nas mãos das elites rural e urbana, no sentido de que o Estado promova e garanta essa participação do trabalhador no projeto de desenvolvimento nacional. Isso implica em distribuição da renda

²²Os princípios inspiradores das políticas nacionalistas devem ser entendidos como orientação teórica que conduz as decisões políticas e práticas sociais das massas de forma crescente, ao longo da implementação do projeto de emancipação das condições desumanas em que vive a nação.

²³ Para aprofundar o tema que se refere às políticas de desenvolvimento nacional ver: PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v. 2 p.434-518.

e acesso ao conhecimento para a população no sentido que possa ascender na melhoria das condições materiais da vida para um patamar superior ao que tem hoje. Ou seja, o trabalho exprime a essência humana nas relações de produção, constituída de uma trama de vínculo social estabelecidos pelos indivíduos entre si, uns com os outros, sobre a natureza para fazer evoluir o íntegro caráter humano do processo produtivo dos bens materiais pela exploração do mundo, da natureza e da matéria prima, com o fim do ser humano manter-se vivo com dignidade. Enfim, que o resultado do trabalho humano permita, às massas, terem acesso ao que necessitam materialmente para sobreviverem e manterem-se vivos como cidadãos possuidores de direitos e deveres.

- b) A crescente participação das massas populares no processo político de tomada de decisão tem de ter uma abrangência sempre maior em extensão e profundidade, isto é, um processo crescente da participação consciente das massas no processo político, que conduz, o país, ao desenvolvimento nacional enquanto caminho necessário para superar a condição do nível subdesenvolvido da sociedade. Lembrando sempre que o subdesenvolvimento é a condição para o processo de desumanização do ser humano e da nação.
- c) A participação das massas torna-se a condição fundamental para que seja possível implementar, na prática, o desenvolvimento nacional. Essa participação é atitude comprometida de uma consciência crítica engajada no processo emancipatório das massas, subjugadas pelas condições desumanizantes do subdesenvolvimento. Desse modo, essa modalidade de participação das massas constitui a força social indispensável para levar a cabo as transformações objetivas, entre outras, socioeconômicas, enquanto única força capaz de encaminhar o processo do desenvolvimento em benefício delas. Dessa participação, falta o homem brasileiro assumir o papel de sujeito do desenvolvimento, e não um mero objeto condicionado a receber e viver as condições socioeconômicas que lhe são impostas pela elite que comanda a nação e que representa os interesses das minorias de ricos nacionais e internacionais. Afirma Vieira Pinto sobre a necessidade da participação das massas:

Somente as massas possuem a prática social na qual se alicerça o programa de atos políticos nacionalistas, comprovando a verdade das afirmações teóricas que lhes dão esteio. Não serão as elites, [...] desligadas dos interesses reais do processo nacional ou ligados a organizações estrangeiras, que só tem a lucrar com estado de atraso ou de demorado desenvolvimento. A elite autêntica está sempre na massa como um todo. [...] no sentido de ser a portadora da consciência crítica, [...] mais hábil em dar-lhe sentido ideológico consciente [...] *para definir estratégias políticas para executar o projeto de desenvolvimento emancipatório do ser da nação subdesenvolvida.* (Grifo nosso).²⁴

Por isso, a participação das camadas populares no processo político é condição fundamental para superar o imobilismo social de nação oprimida duplamente. De um lado, o grupo de elite nacional consolida os interesses das minorias ricas impondo as condições de vida desumanas inaceitáveis às massas trabalhadoras, isto é, quase que uma escravidão generalizada e legalizada pela implantação das políticas econômicas neoliberalistas. Por outro lado, a massa nacional dos trabalhadores que produz é oprimida por trustes internacionais que representam os interesses das nações minoritárias internacionais das grandes metrópoles, que compram as empresas estatais a preço “de banana” para internacionalizar a exploração do trabalho das massas nacionais, levando para fora dos países os lucros e renda, como resultado do trabalho humano realizado no país que produz, usurpando o capital e o trabalho nacional dos brasileiros. Essa situação cria o imobilismo da sociedade brasileira, pelo fato de não possuir, entre as massas, uma compreensão crítica dessa real situação de opressão socioeconômica que os afeta, em um franco processo de implementação, pelo atual governo despreparado para governar e de comportamento xenófobo. Para reverter essa brutal e violenta condição desumana da sociedade brasileira, as massas têm de assumir a condução do rompimento com os interesses elitistas do capitalismo nacional e estrangeiro, promotor da exploração do povo trabalhador e empobrecido no Brasil. Por isso, o nacionalismo como ideologia das massas tem como finalidade libertá-las, dessa desumana exploração pela elite nacional e internacional, através da implementação de políticas nacionalistas de desenvolvimento fundadas no poder político das massas trabalhadoras que

²⁴ Id. Ibid. p. 445

alimenta o teor da consciência crítica nacional e fortalece a pressão social para levar à libertação do povo oprimido, das condições desumanas do ponto de vista socioeconômicas imposta a ele, pelas elites nacionais e internacionais. O processo de libertação das massas implica em superar a aplicação da teoria da manada pelo atual governo no modo como implementa as políticas de desenvolvimento na forma de governar o país. Convém ressaltar que além da aplicação da teoria da manada pelo atual governo, no processo de governança, temos como fortalecimento das forças opressora o uso da teoria da conspiração, que se traduz num comportamento extremamente autoritário e violento na conjuntura política que compões a equipe do atual governo. Esse comportamento é próprio de líderes que usam as estratégias e agem de forma nazifascista.

- d) Superar o inaproveitamento de maneira sustentável dos recursos nacionais. Isso significa produzir para alimentar dinamicamente condições de vida cada vez melhores para a população de baixa renda e os trabalhadores que realizam, na prática, a produção das coisas materiais e, da mesma forma, pelo resultado do seu trabalho, ter acesso para melhorar o nível de vida individual e coletivo, da nação. Isto é, priorizar o consumo interno da produção do país e estimular apenas a exportação do excedente aqui produzido, com o fim de melhorar as condições diversas de quem trabalha, buscando superar “o subemprego”, aproveitamento parcial da mão-de-obra disponível no contexto nacional, “semiemprego”, aproveitamento desigual da força de trabalho nos diferentes setores sociais e o “pseudoemprego”, que consiste na utilização da força de trabalho nacional a preço de banana pelo capital interno e externo, aqui instalado pela internacionalização do país²⁵. A exploração sustentável dos recursos nacionais tem como finalidade primordial e urgente, melhorar as condições de vida das massas trabalhadoras para fortalecer a dignidade de acesso da nação às coisas materiais para viver com melhor qualidade de vida. Aumentando dessa forma a IDH do país pela melhoria das condições de vida da nação.

²⁵ Para aprofundar cada um dos conceitos citados de emprego ver: PINTO, Álvaro Vieira. **CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.V.2 p.451-453.

e) Repressão à invasão do capital privado estrangeiro para impedir que promovam o inconveniente desenvolvimento nacional para atender o interesse estrangeiro, paralelamente mantém o subdesenvolvimento nacional, no sentido de que o capital, alheio à nação, condicione o nível de vida individual e coletivo do país explorado, direcionando e consolidando, em território nacional, condições desumanas de vida que o povo deve ter. Isto é, respeito à nossa política de desenvolvimento nacionalista.

A intervenção do capital privado estrangeiro é indébita e procura parasitar o processo social que pode ser feito mesmo sem ela, uma vez que os fatores objetivos requerido estão aqui. Talvez se deva admitir haver ainda utilidade, em certos casos, em tomar empréstimos externos que facilitem e abreviem a execução de obras fundamentais da subestrutura econômica²⁶

Isso quer dizer, jamais buscar recursos externos para fins de internacionalizar setores fundamentais e estratégicos da nação através de barganha de troca, quando lhe seja retirada a sua autonomia interna e soberania externa como vem acontecendo com o atual governo no Brasil. Isso significa condenar uma nação inteira a ser empregada e remunerada pelo capital e empresas estrangeiras, aprofundando ainda mais a exploração do trabalho doméstico dos brasileiros. Trabalhar mais e com menos direitos, conseqüentemente, com menos remuneração, passando de um estágio semiescravagista para um estado de total escravismo. É nessa direção que caminha a realidade atual do Estado brasileiro, dirigido sob o julgo de um comando neoliberal para todos os setores, principalmente o da economia.

Diante dessa realidade nacional, deprimente e exploratória, da nação,

compete aos economistas nacionalistas definir, dentro deste espírito, a fórmula política que conduza à nacionalização integral das atuais organizações estrangeiras, indicando os procedimentos táticos e as fases em que deve ser processada, de modo a que o governo nacional, representando a vontade popular, venha a decretar as medidas que conduzam a extinguir a influência do dinheiro alheio na marcha do nosso desenvolvimento. Os propagandistas do desenvolvimento, com a conservação da dependência do capital externo, mostram estar possuídos

²⁶ Id. Ibid. p. 464

da ingênua e quase cômica convicção de precisarmos pedir aos aproveitadores do nosso atraso que financiem a nossa libertação²⁷

Para encaminhar um processo livre do jugo do capital externo, o Brasil necessita, urgentemente, mostrar ao mundo que é capaz de pensar por si mesmo como um ser social autônomo, no sentido de ter o autocomando de si, ou seja, autogovernar-se. O que queremos afirmar é que

O sofisma do desenvolvimento do país pobre à custa dos outros, os ricos, somente se sustenta pela falta de reflexão sobre o simples fato de que o capital nem aqui nem lá fora caiu do céu, não nasceu espontaneamente, mas deriva do trabalho das massas assalariadas. Se o povo brasileiro trabalha o suficiente para remunerar com altos juros o investimento externo aqui aplicado. [...] Cabe ao Estado promover, pela política nacionalista, o aproveitamento do trabalho nacional como origem dos recursos internos, suprimindo o lucro estrangeiro e a ação dos seus agentes, nativos ou forâneos, sempre desmoralizadores do esforço do povo²⁸.

Com isso, não estamos menosprezando a solidariedade dos países ricos, desde que essa seja uma prática que respeite a ética de um povo pelo respeito à dignidade da nação e não percebê-la como um instrumento de exploração da força de trabalho para satisfazer os interesses das nações ricas a fim de governar, de forma dominadora, as massas trabalhadoras nacionais. Pois quando necessitamos buscar o que não temos para propulsionar um desenvolvimento satisfatório para o país pobre, há de ser feito sem danos à autonomia e à soberania nacional. Subjugar uma nação pobre à nação rica é consolidar a contradição opressor-oprimido no âmbito universal, sob todas as formas e em todos os setores da sociedade. É dessa maneira que, superando a condição do subdesenvolvimento do país pobre, imposta pelos países ricos que passam a comandar a economia dos países periféricos, se supera a desumanização da nação oprimida pela invasão do capital externo para humanização, que traz consigo o processo de desenvolvimento íntegro e integral de um país, para as massas trabalhadoras superarem a condição desumana em que vivem pelo trabalho de caráter exploratório imposto pelos países ricos à nação brasileira.

²⁷ Id. Ibid. p. 465

²⁸ Id. Ibid. p. 466

- f) A autêntica política de desenvolvimento tem como finalidade humanizar a existência das massas trabalhadoras num país subdesenvolvido. Isso implica o Estado ditar o ritmo autônomo e soberano na condução do desenvolvimento nacional a partir do uso de nossos recursos internos, da força de trabalho e da produção a serviço do melhoramento nas condições materiais de existência da nação. Isso implica em abolir:

A alienação internacional do seu trabalho faz-se sentir no âmbito interno sob forma de rápida elevação do padrão de vida das massas, pela valorização do trabalho, do qual devem auferir os frutos legítimos. A abolição dessa servitude, que se traduz pelo estado de pobreza e abandono em que ainda em grande parte vivem, será conseguida pela pressão da consciência popular, personificada em autênticos líderes, exigindo participação direta no centro de decisão social, de modo a legislar em seu próprio benefício, que é o da maioria do povo²⁹.

Por isso, o alargamento quantitativo e qualitativo da formação da consciência crítica das massas trabalhadoras para que tenham condição de se colocarem como parte do poder decisório na condução dos destinos políticos para o desenvolvimento do país não é só urgente, mas uma necessidade política-nacional. Somente com uma ação unificada por uma finalidade socialmente justa para todos poder-se-á conduzir um desenvolvimento capaz de promover o bem-estar dos indivíduos e da nação para que ambos ascendam ao processo de humanização impedindo, assim que a globalização econômica se transforme na globalização do processo de desumanização do ser humano e do ser da nação.

- g) Mediante ao que foi exposto, torna-se importante salientar a defesa da indústria nacional autêntica, que implica em defender o desenvolvimento do país efetuado pela intensa industrialização “que fornece um índice mais visível da mudança qualitativa da realidade nacional, pois exprime um conjunto de alterações econômicas e sociais inéditas, as que a tornaram possível e as que dela resulta”³⁰ para superar o colonialismo socioeconômico imposto pelos países ricos à realidade nacional da sociedade subdesenvolvida constituída pelas massas trabalhadoras. É

²⁹ Id. Ibid. p.469.

³⁰ Id. Ibid. p.474.

preciso deixar claro que industrialização nesta perspectiva indica o compromisso com a real ascensão histórica da qualidade de vida sob todos os aspectos de uma comunidade aos bens que produz internamente pelo seu trabalho. A industrialização se constitui num processo que indica o aparelhamento entre fabricar por si e para si os bens materiais de que a sociedade necessita para o bem-estar individual e coletivo do ser humano.

- h) Outra política importante para o desenvolvimento nacional autônomo e soberano, está inserido na prática mediante uma reforma agrária entendida como distribuição de terra acompanhada de uma política nacionalista de produção agrícola orientada para o consumo interno. Convém, aqui, destacar que os países desenvolvidos, os mesmos que nos exploram hoje, passaram por esse processo de democratização da posse e do uso sustentável das terras em seus territórios nacionais. Somente um povo bem-alimentado porque produz qualidade de vida possibilita uma vida saudável pela produção agrícola, cujo fomento ao agronegócio está vinculado ao consumo interno e a serviço da qualidade do acesso ao alimento e de uma vida saudável para toda a nação.
- i) A plena soberania nacional, como política internacional, consiste em transformar a nação de objeto exploratório dos países ricos para sujeito histórico livre da dependência econômica alienada. Isto é, “superar a intromissão da potência dominante na vida interna da nação pobre, especialmente pela influência que exerce sobre as deliberações da sua política econômica”³¹. O Brasil somente atingirá a efetiva soberania quando superar a reduzidíssima possibilidade de exercício do mercado livre que não pode ser luxo dos países ricos, portanto, incompatível com o nosso nível de desenvolvimento econômico. Dessa forma, a teoria econômica do desenvolvimento possui bases neoliberais nessa desproporcionalidade de mercado livre, que funciona como teoria do desenvolvimento entreguista e não como teoria econômica do desenvolvimento de bases nacionalistas, em condições de igualdade para competir com os países desenvolvidos.

³¹ Id. Ibid. p.495.

- j) Em consonância com o terceiro ponto, aqui abordado, sobre a contribuição da educação para o desenvolvimento nacional, está não só é base constitutiva da ideologia do desenvolvimento nacional, como também é uma política central para a promoção do processo de desenvolvimento nacionalista. Basta, nessa política, ressaltar que o desenvolvimento nacional está acompanhado muito fortemente e sempre por

processo de transformação qualitativo da consciência nacional. Tal consciência está em relação dialética com as modificações objetivas da realidade: de um lado é produzida pelo grau de apropriação do real por parte da comunidade, para seu benefício, mas que por outro lado, o domínio da realidade depende da percepção que a consciência social tem do estado da realidade e da lógica dos acontecimentos. [...] a educação, consistindo no processo pelo qual se expande e multiplica a consciência social útil, tem de ser fundamentalmente popular. O desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este se acelera pela educação, mas para que isso aconteça faz-se necessário que a educação vise a totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais como privilégio das elites,³²

Nessa perspectiva, encontra-se a verdadeira e autêntica política educacional a favor do desenvolvimento nacional. Ou seja, uma educação vinculada à realidade nacional para que as massas trabalhadoras, além de se apropriarem do conhecimento científico, sejam capazes de compreender em extensão e profundidade as condições reais que as colocam na condição de objeto da alienação e da exploração socioeconômica pelas elites interna e externa representes do capital aqui instaladas no país.

- k) Por fim, abordaremos uma política que o mundo virtual e digital tenta destruir pelo isolamento dos indivíduos e povos entre si. Estamos nos referindo ao uso das redes sociais a serviço das elites, países desenvolvidos, chefes de estados imperialistas para consolidar a barbárie em vez da democracia, pelo acesso democratizado e acessível à informação coerente, real e verdadeira sobre os fatos e os acontecimentos. Trata-se da questão da solidariedade internacional entre as nações com a mesma luta pela libertação econômica e política para alcançar o tão almejado desenvolvimento nacional. O país com o objetivo de conquistar a autonomia nesses dois campos não se reduz a um combate singular e

³² Id. Ibid. p.502

individual no cenário da totalidade mundial. Essas comunidades com o anseio comum de luta pela sua libertação, na conquista do desenvolvimento de suas nações, possuem um desafio comum que é construir a solidariedade entre elas, porque se acham em condições semelhantes nessa luta de libertar-se do subdesenvolvimento. Estamos nos referindo a países, com uma finalidade em comum, que têm de criar vínculos de amizade e auxílio mútuo para formar blocos e forças internacionais com o objetivo de defender os interesses individuais como nação, sem se isolar do contexto mundial, a exemplo dos blocos dos países ricos e desenvolvidos que se unem e reúnem para impor e forjar seus interesses aos países pobres e por eles explorados. Assim se forja a revolta das massas e se produz a revolução internacional na superação da contradição entre nações ricas e as nações pobres. Nesta perspectiva, criam-se condições de luta comum entre os países subdesenvolvidos para libertarem-se das condições exploratórias que os grupos de países desenvolvidos realizam. Isto é, travar, em conjunto, a luta que é de todas as nações subdesenvolvidas contra os mesmos adversários que criam a dependência e os mecanismos de exploração dos países pobres, visando juntos, em solidariedade, superarem esse estágio desumano e subdesenvolvido em que se encontram as sociedades miseráveis. Por isso, essa solidariedade caracteriza-se pela postura nacionalista e não se confina num processo histórico particular do próprio país, “mas o inclui no curso do processo mais geral, o da totalidade das áreas subdesenvolvidas que buscam melhor modo de existência”³³ para que os indivíduos pertencentes àquela nação subdesenvolvida possam viver com mais dignidade do ponto de vista material e humano. Nessa linha de raciocínio o atual governo está prestando um desserviço a nação brasileira pelo modo autoritários e nazista com que está conduzindo o governo do país frente ao contexto internacional. Depois dessa comparativa voltemos a nossa análise. Essa igualdade de condições entre as nações subdesenvolvidas, como é o caso da nação brasileira, “se deve a necessidade de discutir com

³³ Id. Ibid. p. 508

amplitude os aspectos internos da nossa realidade, sem que, entretanto, tal atitude signifique o desconhecimento do quadro mundial onde travamos a nossa luta particular”³⁴, tanto a nível interno da nação quanto no conjunto das nações no mesmo estágio que a nossa e, com o mesmo objetivo de libertarem-se do subdesenvolvimento em que se encontram. Mediante o exposto, o conceito de solidariedade internacional tem de ser visto como “a aliança entre classes particulares de nações diferentes, dependendo da fase de desenvolvimento em que se acham as nações em causa”³⁵. Enfim, solidariedade internacional consiste em uma nação, na condição de nação subdesenvolvida, apoiar a outra, para que ambas formem um bloco comum para lutar por um só objetivo que é a libertação da submissão aos países ricos dominadores que representam. Só através de uma política nacionalista solidária com esse caráter e nessas condições, se poderá fazer frente ao processo de dominação dos países metropolitanos desenvolvidos, que impõem condições de exploração e a defesa de seus interesses gera a extrema desumanização, pela dominação e exploração imposta aos países periféricos, através de diferentes formas e estratégias. Então, nessa perspectiva, se não houver essa solidariedade internacional o país menor fica refém, sob todos os aspectos, aos interesses da potência superior que o domina os países subdesenvolvidos.

Esse aglomerado de políticas, brevemente abordadas, digamos de forma reducionista, não representam a sua totalidade, mas analisamos aquelas que foram consideradas centrais, indispensáveis e apropriadas, nos países em condições de subdesenvolvimento, para encaminhar o processo de desenvolvimento nacional. Para transformar a ideologia do desenvolvimento nacional em projeto emancipatório da nação torna-se fundamental escolher as estratégias que são as políticas que encaminham o processo próprio de desenvolvimento da nação. Para garantir o desenvolvimento nacional, qual a ética fundamental é necessária e imprescindível para os países desejosos para se desenvolver?

³⁴ Ibid. p. 508

³⁵ Ibid. p. 508

6 A ÉTICA E A RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL NO DESENVOLVIMENTO COM REFLEXOS NO COLETIVO NACIONAL

Essa temática possui uma particular importância em nossa análise, porque assim como pode sustentar e orientar a conduta coletiva para o desenvolvimento nacional, pode, da mesma forma, sustentar e justificar a luta coletiva para superar as condições desumanas do subdesenvolvimento como consequência da imposição dos interesses imperialistas das nações desenvolvidas. Dessa constatação, nascem duas concepções de ética para o desenvolvimento da nação: uma do “dever ser” de caráter profundamente determinista, idealista a-histórica, perene e estabilizadora das condições reais do país subdesenvolvido; a outra concepção de ética é a do “ser”, portadora de um caráter histórico que se constitui dos fatos e acontecimentos que não se conformam com a estabilização das práticas sociais de um momento da história ou etapa do desenvolvimento nacional. O ser da nação só se humaniza com uma ética que permite uma evolução qualitativa das práticas sociais e dos efeitos positivos que produzem em sociedade, que evolui de um estado mais primitivo e colonialista para um estado mais avançado, mais perfeito e mais humanizado, se comparando com as práticas sociais de etapas históricas anteriores ao momento presente da sociedade.

A primeira visão ética é a idealista, fixada em padrões sociais dos velhos hábitos, contradições e comportamentos padronizados de produção, que estabiliza a desigualdade entre nação desenvolvida, da subdesenvolvida, onde a segunda se submete aos interesses da primeira, mediante um padrão de dominação e exploração consagrada pelo bloco dos países metropolitanos ao longo do processo histórico contraditório entre nações e classes sociais. Essa contradição manifesta a desigualdade que define a injustiça social interna de uma nação ou mesmo entre nações, mais ou menos desenvolvidas. Enfim, essa ética pode ser denominada de ética do “dever ser” da consolidação das desigualdades e não da justiça nos processos produtivos e de consumo entre as nações desenvolvidas em relação às nações subdesenvolvidas. Enfim, todas as práticas sociais que não se integram ao sistema consagrado pelas sociedades imperialistas, que seguem um paradigma dominador e explorador padronizado, têm de ser combatidas enquanto elemento desestabilização dos hábitos, valores e comportamentos até então cultuados como

válidos e verdadeiros a qualquer tempo e em qualquer lugar pela sociedade subdesenvolvida. Essa é a ética da opressão e da desumanização do ser da nação subdesenvolvida e imposta, de diferentes modos e estratégias, às sociedades não desenvolvidas. Enfim, a ética do “dever ser” é uma visão idealista, isto é, antecipada, pré-fabricadas das práticas sociais, dos hábitos e dos valores que se consolidam através do ritual das formalidades, isto é, nega os fatos e os acontecimentos sociais e afirma a capacidade interpretativa do mesmo, criando um discurso lógico formal da permanência das atuais contradições entre nação desenvolvida e nação subdesenvolvida. Ou seja, essa ética preza e valoriza a interpretação dos próprios fatos e acontecimentos em vez de valorizar o seu real estado concreto. Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento fica dependente do plano ideal e ignora a origem e as finalidades dos fatos e acontecimentos sociais das nações subdesenvolvidas. Dessa forma, todas as modalidades de ética idealista convergem para a mesma conclusão de negar o fato como valor e valorizar o discurso subjetivo como real. Esse tipo de ética fundamenta e valoriza o sistema imperialista de sobreposição da nação desenvolvida sobre a nação subdesenvolvida. Enfim, a supervalorização na forma idealista de conceber os fatos e os acontecimentos sociais determina uma forma irreal de perceber o mundo concreto e, por isso, fazem parte da categoria do pensar ingênuo que suscita a consciência ingênua na sociedade em que se manifesta e é amplamente, divulgada, consolidando os interesses minoritários e uma seleta minoria privilegiada da sociedade. Nessa forma de pensar, encontramos a raiz mais profunda da ética idealista do “dever ser” e não do “ser” da nação, que produz a alienação da maioria dos trabalhadores.

Uma ética do desenvolvimento caracterizada pela visão idealista, isto é, antecipada dos fatos é própria de uma elite que possui um profundo interesse para que a sociedade se estabilize naquela etapa do subdesenvolvimento porque lhe é profundamente vantajosa essa situação socioeconômica. Por isso, numa ética idealista não existem fatos ou acontecimentos sociais, mas apenas interpretações das quais originam-se os discursos ideológicos padronizados de comportamento, da moral e da produção nacional para consolidar a desigualdade entre as massas trabalhadoras, tendo como consequência a difusão da Injustiça, como virtude para a classe que se beneficia da situação de subdesenvolvimento da nação. Essa classe é a elite urbana e rural, que concentra a maior parte da renda e dos lucros produzidos

nacional e internacionalmente. Isto é, produz um fosso entre os ricos e os pobres pela consolidação da desigualdade entre ambos.

A segunda visão ética é aquela que coloca, como fundamento, as práticas e as relações sociais favoráveis ao desenvolvimento nacional. São aquelas que contribuem para a evolução positiva do “ser” da nação subdesenvolvida para um nível superior, em relação ao desenvolvimento nacional que se encontra no momento presente. Somente uma consciência crítica é capaz de fundamentar a ética enquanto “ser nacional” de uma sociedade em luta para desenvolver-se, porque constrói para si um caráter civilizado e de bem-estar humano do indivíduo que habita em sociedade e produz sua história através das práticas e relações sociais para o crescimento das classes trabalhadoras e da nação. Aqui encontramos o sentimento de solidariedade social vinculada ao processo de humanização, na luta constante de que todos alcancem uma razoável igualdade de condições para sobreviver com dignidade. Portanto, uma dimensão ética fundamental, que só pode ser compreendida pelo contorno da consciência crítica que orienta todas as ações em busca da construção do projeto de emancipação da sociedade pelo desenvolvimento íntegro e integral para todos na nação a que pertencem.

O que compete, então, a consciência crítica do processo é habilitar-se a formular logo a ética que atenda à nova situação, isto é, procure desentranhar dos fatos originais o aspecto de valor neles contido. [...] *superar* a crença de que os valores são eternos; [...] nenhum comportamento no âmbito social ou modo de pensar tem que receber aprovação prática universal, *ou seja*, rechaçar a visão anti-histórica do processo de evolução de uma sociedade subdesenvolvida para uma sociedade desenvolvida, enquanto possibilidade real e não ilusão de discurso construído por uma visão idealista de sociedade originária do discurso imperialista das sociedades mais desenvolvidas do planeta³⁶.

A ética que busca o desenvolvimento do “ser da nação” consiste em estar fundamentada nos fatos e acontecimento que determinam a marcha da história do desenvolvimento de uma nação, implantando, nela, condições materiais de sobrevivência mais humanas. O contexto social de um país é a referência de um comportamento coletivo que determina as mudanças necessárias para a nação ascender do estado de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento. Esse é o fundamento social da ética que, na prática das relações sociais de produção material

³⁶ Id. Ibid. p. 235

da existência, orienta-se na realidade em que o trabalhador está inserido no processo produtivo e nas condições reais, em que vive. É nessa perspectiva que valores tais como: o respeito, a solidariedade, a justiça, a cidadania, a dignidade, o bem-estar, etc.... constitui a ética do ser da nação solidária para comprometer-se com o desenvolvimento social e humano, porque ao mesmo tempo em que o cidadão é produtor da riqueza material, tem acesso a elas para possuir vida digna e, simultaneamente, contribui para o projeto de emancipação nacional através do desenvolvimento íntegro e integral de si e da nação. Assim sendo, nenhum país necessita discutir e analisar o tema ético como as sociedades em condição de subdesenvolvimento, pois, ao compreender as condições reais subumanas em que se encontra o ser humano, do ponto de vista individual e coletivo, percebe em que nível se encontra a nação estagnada pelas condições do subdesenvolvimento e vislumbra a possibilidade de viver outros valores e outras relações no coletivo, no sentido de engajar-se para contribuir com a mudança do atual estado em que se encontra o indivíduo e a nação estagnada, para um outro estado e nível de desenvolvimento superior ao atual.

A ética do desenvolvimento exige, do pensador, profundo engajamento no processo do desenvolvimento, sensibilidade social aguda aos fatos gerais e as tendências em movimento ascendente. Supõe a presença do pensar no modo de existência das massas trabalhadoras e a recusa do ponto-de-vista das classes afortunadas, dóceis a inspirações teológicas, desligadas do processo criador nacional ou nele intervindo em favor de conveniências estrangeiras. A ética do desenvolvimento só poderá ser enunciada com base na prática social do desenvolvimento em moldes nacionalistas. Só assim o filósofo estará apto a pressentir o despontar de novos valores e a acolhê-los na consciência como auspiciosos índices do iminente advento de tempos melhores, e não como aberrações morais que é preciso energeticamente anatematizar³⁷.

Por isso, a ética do desenvolvimento não é, em hipótese nenhuma, produto de uma consciência impessoal, abstrata e desligada do tempo presente do atual estágio em que se encontra a nação, mas é tarefa da consciência social inserida na etapa histórica em que se pretende compreender, criticamente o atual estágio em que se encontra a nação do ponto de vista do seu bem-estar individual e coletivo, que inicia a luta coletiva para transformar a realidade desumana para uma realidade mais humanizadora, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. É dessa

³⁷ Id. Ibid. p. 236

compreensão que se origina a propulsão de comportamentos individuais e coletivos comprometidos com a implementação do projeto de desenvolvimento nacional de emancipação das massas. Assume, pois, o papel a ser desempenhado na histórica construção de uma sociedade mais justa e igualitária no sentido de ascender na dignidade e na qualidade de vida individual e coletiva no processo de desenvolvimento nacional. Nessa visão, a ética do desenvolvimento em que se realiza a humanização do ser humano e do ser da nação, porque contém nesse processo a possibilidade de considerar como valor positivo a pressão econômica sobre a classe exploradora e sobre as nações imperialistas que lhe subtraem a autonomia nacional e a soberania internacional na reconquista da verdadeira identidade nacionalista, de acordo com a finalidade da luta pela humanização do homem e da sociedade subdesenvolvida. O imperialismo, como nação exploradora, jamais adotará uma política para favorecer os interesses de alguma nação pobre e subdesenvolvida, mas, ao contrário procura adotar políticas e relações espoliadoras para tirar-lhe um amplo e profundo proveito sobre o estado desumano dos países subdesenvolvidos para si. Enfim, nenhuma política imperialista protegerá os autênticos interesses de qualquer nação pobre e subdesenvolvida, seu real interesse é explorá-la ao extremo da desumanidade individual e coletiva para melhorar ainda mais o nível de vida da sociedade metropolitana.

Afinal, em que consiste e qual o significado da responsabilidade individual na ética do desenvolvimento nacional?

Quando se realiza a crítica da invasão do capital externo, aos países em processo de desenvolvimento, está se afirmando a necessidade de libertação dos países subjugados aos interesses no modelo imperialista, através da autonomia no pensar e no agir individual e coletivo nacionalista libertador. Isto é, implementar, o desenvolvimento, a capacidade do ser humano e da sociedade subdesenvolvida, autogovernar-se e autodeterminar-se na busca da soberania internacional e da autonomia nacional. Isso implica em não transformar o conceito de “bem material”, oriundo dos países metropolitanos, em “bem cultural” para os países subdesenvolvidos. Pois, a importação dos bens materiais de forma indiscriminada para a nação subdesenvolvida, simultaneamente, importa mecanicamente o modo de pensar da sociedade produtora dos bens materiais que compramos de fora. Nessa prática, cria-se para a sociedade subdesenvolvida, estacionada sem

nenhuma perspectiva de evolução, um modelo de teoria ética fundado na teoria alheia dos países imperialistas. Isso levaria uma nação inteira a não possuir um modo próprio de pensar e, ao mesmo tempo, uma ausência significativa na orientação do comportamento socioeconômico da nação subdesenvolvida, em esforço para se tornar independente do pensamento e das práticas sociais dos países metropolitanos. Nesse esforço de construir uma forma própria de pensar e uma teoria ética apropriada, para a sociedade subdesenvolvida, dá origem à ética adequada para presidir as transformações da realidade que essa nação se propõe a viver no seio da coletividade buscando se humanizar cada vez mais. A sociedade em ascensão suscita a necessidade de atos inéditos do ponto de vista das práticas sociais para engendrar o próprio desenvolvimento nacional, íntegro e integral de todos os indivíduos pertencentes à nação. Enfim, “Para os países que se lançam ao cometimento do progresso, é vital obedecer a uma ética própria. Essa ética é o nacionalismo. Há no âmbito do pensar nacionalista todos os requisitos fundamentais de um sistema de moral social para o país como totalidade e para o indivíduo que a ele pertence”³⁸.

Isso quer dizer orientar a conduta e o ritmo próprio “do que” e “como” a sociedade subdesenvolvida, deve encaminhar suas práticas sociais inéditas para atingir a finalidade do processo de se desenvolver plenamente com as condições nacionais que possui. Isso implica em implementar o nacionalismo, enquanto movimento do pensar individual e do agir coletivo, determinando o nascimento da consciência crítica orientadora de todos o processo de ascensão da nação subdesenvolvida para uma nação desenvolvida.

O nacionalismo é a consciência teórica desse desenvolvimento, cabe-lhe elaborar o sistema de valores e, em geral, a ética, adequada a presidir as transformações da realidade, que se propõe leva a cabo. A comunidade em ascensão suscita atos inéditos do ponto de vista da prática social [...] é a própria comunidade em que leta pelo desenvolvimento que deverá cunhar a norma para atender a essas situações e ações sem precedentes ³⁹

Por isso, a teoria ética orientadora das práticas sociais libertadoras da condição de submissão das sociedades desenvolvidas, não é artefato teórico *a priori*, baseada numa forma idealista de pensar, mas é obra da prática de

³⁸ Id. Ibid. p. 238

³⁹ Id. Ibid. p. 238

pensamento sobre a realidade condicionante das condições subumanas para realizar, no coletivo, atos de transformação da realidade opressora, objetivando mudar essa situação de dependência de acordo com a ideologia do desenvolvimento nacional, produzida pelos autênticos sociólogos e filósofos pertencentes à nação. Assim sendo, nasce a teoria ética necessária ao desenvolvimento nacionalista, totalmente autônomo e soberano, porque o conteúdo que a determina não se submete aos códigos universais e metropolitanos, orientadores da defesa dos seus direitos alheios às necessidades nacionais, porque segue a força de transformar a realidade nacional através de um ritmo de práticas socioeconômicas próprias e apropriadas para alcançar o tão almejado desenvolvimento nacional para a humanização do indivíduo e da própria nação.

Para nós a responsabilidade consiste, primordialmente, em aceitar a tarefa social coletiva de promover o desenvolvimento do país e a humanização da vida do nosso povo. Deste motivo, para nós universal, decorrerão as definições de valor e as apreciações de conduta a que submeteremos os atos particulares. [...] A consciência da responsabilidade não é abstrata, e sim concreta. [...] julga-se responsável pelo que faz [...] Tendo seu próprio modo de entender aquilo que deveria ser feito e não é, assume atitude de desligamento da realidade, [...] trata-se de promover a transformação da realidade, de modo a humanizar a vida de imensos contingentes do povo⁴⁰.

A fonte da responsabilidade individual reside na consciência coletiva, assim produzida e não uma mera subjetividade individual desvinculada da realidade social. Nessa perspectiva, os atos que se referem à responsabilidade individual são aqueles que a sociedade exige de cada cidadão pelo trabalho comum em participar da construção de uma sociedade na qual prevaleça o bem-estar individual e coletivo, não o contrário, simplesmente, produzir o bem-estar de uma minoria afortunada com a proteção do governo, que representa apenas os interesses egoísticos dessa classe minoritária, excluindo a realidade das condições de vida subumana da maioria da população. Por isso, quando o indivíduo tem de se engajar no processo de construção do desenvolvimento, pela participação nas lutas e nas ações conjuntas por um nacionalismo desenvolvimentista, assume a responsabilidade no coletivo para dar força ao processo de transformação que a sociedade subdesenvolvida tem de realizar. A responsabilidade é individual como ponto de

⁴⁰ Id. Ibid. p. 240-241

partida nas lutas, mas as mudanças são realizadas no conjunto do coletivo, com o fim de melhorar as condições de vida, tanto individuais quanto coletivas. Por isso, o indivíduo com um pensar crítico da realidade nacional é julgado pela classe afortunada e pelos diversos meios de comunicação como um comunista e socialista, que deve ser banido da sociedade, porque pensa e age diferente dos interesses dessa minoria.

Diante dessa situação, o indivíduo que não possui uma consciência crítica da realidade nacional que o domina e o explora, busca procedimento individual de fuga perante a responsabilidade de construir uma nova sociedade através do desenvolvimento com bases nacionalistas. O mais grave de tudo isso é que as redes sociais e os meios de comunicação de massa difundem, indiscriminadamente, junto à sociedade uma cultura contra a responsabilidade de participação do povo em ações conjuntas para transformar a realidade e produz o fenômeno do imobilismo social das massas. Entre outros procedimentos de fuga dos indivíduos e das massas para tornar-se corresponsável pelo desenvolvimento nacional podemos citar: a) misticismo compreendido como: a caridade, falsa solidariedade, visionarismo político, adesão à doutrina do impossível, religiosidade, conformação divina etc. b) A altivez em face a realidade, porque considera as massas ignorantes e suscita a atitude ou reação de nojo, ironia ou indignação às massas. c) O saber pelo saber no sentido de cultivar a ciência social alienada, sem despertar o compromisso ético para com as mudanças, mas apenas a consolidação da atual situação de injustiça e desigualdade. d) A vida mundana realizando a fuga da verdade sobre a realidade, criando fantasia ou terror na massa pela distorção dos fatos e da realidade divulgada na imprensa, para produzir impacto e falsas indignações emotivas no povo simples. e) O trabalho simbólico dos governantes pela mascaração das decisões e ações úteis e intensas como mero pretexto para ocultar a irresponsabilidade diante dos desafios reais da nação. Aqui se deve ponderar a criação de estruturas no poder público atual, sob pretexto de reformar o Estado, mas no fundo é equipará-lo no sentido que os órgãos e intelectuais se ponham a serviço da elite dominante neoliberalista, entre outros: publicações sem leitores, pesquisas sociais e pedagógicas supostamente neutras, etc. Onde o trabalho intelectual é inútil, sucateando as universidades federais, consentindo que o estudo seja inútil e restrito apenas a algumas castas ricas que podem pagar. Nesse contexto o ensino da

filosofia é considerado, equivocadamente, uma forma de ideologização das massas e, por isso, precisa ser exterminado. Essa é uma das piores fugas da responsabilidade no desenvolvimento nacional. f) A revolução irracional e desesperada, como fuga da elite sem verdadeira qualidade revolucionária, indicando imaturidade intelectual e incompetência de negociação para enfrentar os problemas da realidade nacional. Enfim, o exército existe para defender o país, não deve se intrometer na política. Mas, no atual momento, parece o exército fazer parte do poder político uma vez que cargos são destinados aos generais para intimidar a nação e consolidar, o imobilismo social pela violência simbólica embutida na conjuntura do atual governo brasileiro. g) A omissão política e o oportunismo no sentido de decidir com base a leviandade, enquanto atitude de descompromisso com a realidade e o povo. h) A arte fútil àquela que se manifesta dispositivo da ilusão para desviar a percepção do povo das reais condições em que se encontra na sua vida real, realizando a fuga da consciência social crítica sobre si e sobre a realidade das massas. I) O enriquecimento pessoal acima e além da responsabilidade social, como compromisso coletivo na busca do desenvolvimento nacional.

Enfim, todas essas formas de evasão e fuga aqui indicadas, entre muitas outras, pretendem mostrar a importância do problema da responsabilidade individual no âmbito da ética no desenvolvimento nacional em bases nacionalistas.

7 ALGUMAS INDICAÇÕES CONCLUSIVAS

O desenvolvimento nacional com base ao pensamento nacionalista é um processo dialético inacabado, por isso, um desafio transformador permanente para a humanização do ser humano, para a libertação da nação subdesenvolvida. Isto é, libertar os indivíduos dos processos de desumanização sob o jugo dos interesses imperialistas, com a finalidade de transformar as reais condições desumanas de vida individual e coletiva atual para um estágio superior, a fim de conquistar o “bem-estar” pessoal e “estar bem” num dado momento e num contexto da sociedade ao longo da história da civilização.

Para se alcançar um razoável estágio do desenvolvimento nacional é indispensável, antes de mais nada, construir o caráter crítico da consciência

nacional como origem da ideologia do desenvolvimento e, simultaneamente, como processo orientador das massas na responsabilidade na construção nacionalista do Estado de direito e de bem-estar social de uma nação livre da dominação externa e interna.

Esse desenvolvimento nacionalista sustenta-se na medida em que há produção da própria ciência, como fator e vetor que produz, para a realidade nacional, a resolução dos problemas nacionais. O desenvolvimento da própria e apropriada ciência tem como fim último alavancar a resolução dos problemas nacionais que impedem o avanço do desenvolvimento do país como um todo. Ou seja, a própria ciência produz a resolução dos problemas nacionais. Por isso, esta possui um caráter e um compromisso social quando da aplicação dos resultados das pesquisas científicas ao contexto social. Assim sendo, atentar contra a pesquisa e a ciência é eliminar, sumariamente, a possibilidade de implementar o projeto de emancipação nacional pelo desenvolvimento autônomo e soberano do país. O maior combate que temos que realizar, no atual estágio, é contra a ideologia global e, no seu lugar, construir a ideologia do desenvolvimento nacional, nos moldes de abordagem que, aqui foi analisada. Ou seja, uma ideologia de raiz nacionalista, orientada pela teoria ética da responsabilidade individual e coletiva na luta pela libertação das massas oprimidas.

Para implementar um projeto dessa grandeza e com o objetivo de pretender provocar o desenvolvimento nacional do país, o mesmo deve estar alicerçado em políticas capazes de produzir pressão social, que promovam a mudança interna no modo como conseguimos as coisas materiais para uma nação inteira sobreviver com dignidade. Isto é, provocar a mudança do rumo socioeconômico do subdesenvolvimento para o desenvolvimento nacional. Os efeitos que o desenvolvimento de bases nacionalistas traz para a nação é a humanização do ser humano pelo bem-estar produzido a nível pessoal e social para todos. Mas, não podemos esquecer que a ética da responsabilidade na participação de ações conjuntas para construir o desenvolvimento nacional está alinhada com as estratégias políticas produzidas como condições para que o processo saia do discurso metafísico e se transforme num compromisso real com o homem e sociedade, em dadas condições de exploração e desumanização. Por isso, o primeiro passo é a mudança da forma ingênua de pensar para uma forma mais

crítica, que estabeleça o efetivo comprometimento do indivíduo e da sociedade com o processo nacional de desenvolvimento, enquanto humanização de ambos em condições reais de vida.

Finalmente, implementar o desenvolvimento nacional no sentido de libertar a nação do imperialismo externo das nações desenvolvidas, como é dominada a sociedade brasileira, hoje, pela internacionalização da economia, caminhando para ser empregada dos interesses metropolitanos, aceitando a escravidão e dominação individual e social de braços cruzados, ou seja, tornar a nação inteira empregada do capital externo, que comanda a economia interna brasileira, a fim de que o que se produz aqui satisfaça os interesses externos em detrimento às satisfações das necessidades internas da nação que vivem em condições de vida material precárias; é o grande desafio a ser enfrentado para implementar o desenvolvimento nacionalista no país subdesenvolvido como é o caso do Brasil. Mediante o exposto, faz-se necessário superar essas condições desumanizantes e perversas que, Infelizmente, estamos presenciando no Brasil hoje, que não passa de um magnífico assalto do capital externo, as riquezas do Brasil com a destruição do avanço da empresa nacional. Em uma frase, estamos vivendo a era da internacionalização do Brasil, que nada mais é do que um estágio colonialista reinventado pelas metrópoles, para usurpar nossas riquezas e os bens de capital para transformar a nação numa imensa multidão de escravos, trabalhando na forma de empregados para os países afortunados e as elites nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

FAVERI, José Ernesto de (Org.). **O legado de Álvaro Vieira Pinto a partir dos seus contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2012.

FAVERI, José Ernesto de. **Álvaro Vieira Pinto: contribuições à educação libertadora de Paulo Freire**. São Paulo: LiberArs, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Textos para discussão**, São Paulo: FGV/EESP, n. 137, ago. 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. **Ciência e existência:** os problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Consciência e Realidade Nacional.** Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960. v.1 e v. 2.

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional.** Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.

_____. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, Rio de Janeiro, 2005. v. 1 e 2.

_____. **Sete lições sobre Educação de Adultos.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Artigo recebido em: 07/11/2019

Artigo aprovado em: 14/11/2019

Artigo publicado em: 18/11/2019